

---

Seminário

---

# Nação Direitos e Cidadania

na passagem à modernidade

Caderno de Resumos

Organização: Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro

Apoio Técnico: Aline Pinto Pereira

---

Apoio

---



NEMIC - Núcleo de Estudos sobre Migrações, Identidades e Cidadania  
NUPEJU - Núcleo de Estudos e Pesquisas Jurídicas



18 e 19 de outubro de 2007  
Universidade Federal Fluminense - Campus do Gragoatá

Editora Vício de Leitura

**Ernani Gomes de Oliveira e Silva: um falsário a “serviço” da cidadania**

Daniel José Eduardo

Acusado de ser responsável por dezenas de falsificações de documentos para qualificação eleitoral, Ernani Gomes de Oliveira e Silva freqüentou inúmeras vezes as Delegacias da cidade do Rio de Janeiro, prestando declarações para inquéritos policiais abertos a pedido de Procuradores da República. Destes resultaram os processos-crime aqui analisados e encontrados no Arquivo da Justiça Federal. O trabalho presente busca, ao “olhar por cima dos ombros das autoridades policiais”, perceber as visões e práticas dos envolvidos nas fraudes eleitorais, durante o processo de alistamento, a partir das declarações prestadas por todos os envolvidos e das leis eleitorais nos primeiros anos da República. Procura captar indícios que permitam a reconstituição da mentalidade e do cotidiano destas pessoas envolvidas em fraudes e sua relação com a construção da cidadania. Teriam elas conhecimento das normas que regiam o processo eleitoral? Como esta população agia frente o processo de alistamento? Tinham consciência de seus direitos políticos? A Justiça não culpava esses agentes por falta de provas, contudo se percebe que eles, tanto integrantes das elites quanto a população, não estavam preparadas para a democracia e as fraudes eleitorais contribuíam para que o aprendizado dela demorasse ainda mais.

Palavras-chaves: República Velha; Eleições; Fraudes Eleitorais; Leis Eleitorais; Cidadania; Direitos políticos.

# Nação Direitos e Cidadania

na passagem à modernidade

Caderno de Resumos

Organização: Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro

Apoio Técnico: Aline Pinto Pereira

18 e 19 de outubro de 2007

Universidade Federal Fluminense - Campus do Gragoatá

Editora Vício de Leitura

---

**Seminário: Nações, direitos, cidadania na passagem à modernidade**

Cadernos de Resumos

Organização: Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro

Apoio Técnico: Aline Pinto Pereira

Ilustração da capa: Fotografia de Augusto Malta, Rua Direita.

Editoração eletrônica: Veronica Machado

Revisão: Marcia Azevedo e Aline Pinto Pereira

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**S471 Seminário - Nação, direitos, cidadania: na passagem à modernidade  
(1.: 2007: Niterói, RJ).

Caderno de resumos do 1º Seminário: Nação, direitos, cidadania: na  
passagem à modernidade / Organização: Gladys Sabina Ribeiro. - Niterói,  
RJ: Vício de Leitura, 2007.  
20 p.

1. Nação. 2. Direitos do cidadão. 3. Cidadania. I. Ribeiro, Gladys Sabina  
(org.).

CDD 320.540981

**Responsabilidade Civil do Estado: doutrina e jurisprudência na  
Primeira República**

Priscilla Petereit de Paola Gonçalves

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução tanto doutrinária quanto jurisprudencial do conceito de responsabilidade civil do Estado, delimitando o momento em que este conceito teria suscitado suas primeiras discussões no Direito Brasileiro, até a sua completa afirmação nos tribunais, tendo como conseqüência a sua concretização em texto legal na Constituição de 1946. Esta jurisprudência será analisada através de alguns processos judiciais referentes ao período de 1889 a 1930, em que poderá ser observado o posicionamento do STF e da União Federal, como também torna-se possível delinear a atuação da população na consagração da responsabilização do Estado.

Palavras-chaves: Responsabilidade civil - Estado - Doutrina - Jurisprudência - Cidadania - direitos sociais

**“Diante disso espera-se Justiça”: habeas corpus em favor de estrangeiros  
na Primeira República**

Anna Clara Sampaio Ribeiro

O presente artigo pretende apresentar a prática do uso da ação jurídica do habeas corpus, amplamente requerida no contexto da Primeira República, solicitada em favor de estrangeiros ameaçados de expulsão do país sob acusação de serem perturbadores da ordem pública e portadores de idéias consideradas subversivas pelas autoridades republicanas. Essas ações configuram-se como fonte para demonstrar a consciência de direitos e a busca por garantias constitucionais funcionando, muitas vezes, como um atalho para afirmação de uma cidadania.

Palavras-chaves: História do Brasil República; História do Direito no Brasil; Habeas Corpus; Imigração; Expulsão de estrangeiros; Cidadania.

podem se dar ao luxo de serem “honestas” e saem em busca de trabalho. Uma destas atividades exercidas para obterem ganhos é a prostituição. Esta análise procura contribuir ao debate da mulher na esfera pública e da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, inserindo a discussão da cidadania pelos agentes desta atividade. Como se colocam perante a justiça e a sociedade? O que reivindicam? Os processos de Habeas-Corpus por lenocínio e de Sumário Crime por nota falsa, encontrados no Arquivo da Justiça do Rio de Janeiro, são capazes de mostrar-nos prostitutas e cafetões relatando, por petições e depoimentos, seus direitos de cidadãos pobres e pertencentes ao Estado. Nos revelam, por um lado, um homem acuado/acusado de submeter mulheres à prostituição lutando pelo direito de estar no país e, por outro, uma mulher ativa defendendo seus direitos de receber com “nota boa” pelos serviços que prestou.

Palavras-chaves: Primeira República; Prostituição; Sumário Crime; Direitos Trabalhistas; Habeas Corpus; Cidadania.

### **O pedido de espaço e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Propriedade imobiliária e conflito. (1909/1916)**

Leonardo Seiichi Sasada Sato

Ao analisar os processos judiciais encontrados no Arquivo Judiciário do Tribunal Regional Federal ^ 2a Vara, observam-se disputas pela propriedade de terrenos localizados em Copacabana e Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro, nas duas primeiras décadas do século XX. O objetivo deste trabalho é o de identificar os argumentos jurídicos utilizados por suplicantes e suplicados para defenderem os seus direitos sobre os terrenos, construindo suas próprias idéias de justiça e recorrendo a referências legais antigas.

Palavras-chaves: Terra, Imóvel, Propriedade, Legislação Fundiária, Solo Urbano, Cidade do Rio de Janeiro

---

## **SUMÁRIO**

### **Parte I: Construindo a nação e a cidadania no contexto do constitucionalismo**

Legalidade, legitimidade e soberania no reconhecimento da Independência Gladys Sabina Ribeiro (UFF) .....	7
Nação e cidadania no jornal O TAMOIO. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823 Gladys Sabina Ribeiro (UFF) .....	7
Política externa brasileira na consolidação da Causa Nacional: a disputa da região do Prata. Aline Pinto Pereira (Mestre PPGH/UFF) .....	8
Linguagens da imprensa portuguesa contra a Causa do Brasil. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ) .....	8
Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831) - Vantuil Pereira (Doutorando, PPGH/UFF) .....	9
Um novo ordenamento jurídico para uma nova nação: Constituição e codificação nos primórdios do Império do Brasil Andrea Slemian (USP) .....	10
Direitos e participação popular na Corte do Rio de Janeiro (1831-1834) Macello Otávio Neri de Campos Basile (UFRRJ) .....	10

### **Parte II - Direitos, leis e cidadania na passagem para a modernidade republicana**

Cidadania e trabalhadores: a greve dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro em 1900. Paulo Cruz Terra (Mestre PPGH/UFF) .....	11
Código Comercial e direitos civis na formação da legislação brasileira. Edson Alvisi Neves (UFF) .....	11
O papel do Judiciário nas reformas urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro na Primeira República. Eneida Quadros Queiroz (Mestranda, PPGH/UFF) .....	12
Tratando dos menores: a tradição jurídica brasileira na área penal no alvorecer da República, os profissionais do Direito e a visão sobre o chamados menores (1890-1912). Bárbara Lisboa Pinto (Doutoranda, PPGH-UFF) .....	12
Um artigo e uma petição: a campanha de Evaristo de Moraes pela construção de casas para a classe trabalhadora - Rômulo Costa Mattos (Doutorando, PPGH-UFF) .....	13
A administratização da cidadania no Brasil - 1926 a 1945 José Ribas (UFF) .....	13

---

**Parte III - Paineis de Iniciação Científica****Construindo a nação e a cidadania no contexto do constitucionalismo**

Modernidade política na imprensa da Independência: uma investigação a partir do Revérbero Constitucional Fluminense - Virgínia Rodrigues da Silva .....	14
Construção de uma nação no despertar da Constituição. Uma breve análise de um projeto de Brasil independente nas páginas do periódico Despertador Constitucional (1824-1831) - Carolina Ramalho de Sá .....	15
Direitos, liberdade e cidadania no jornal O Repúblico (1830-1832) Carolina Paes Barreto da Silva .....	15
Aurora Fluminense: a voz do liberalismo de direita (1827-1832) Fernanda Crespo e Talita Nunes .....	16
Independência ou Morte: As divergências sobre a questão das relações entre Brasil e Portugal na Imprensa Liberal - Diego Velasco .....	17
<b>Direitos, leis e cidadania na passagem para a modernidade republicana</b>	
Dos crimes contra a fé pública aos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor: visões da prostituição entre 1907 e 1917. Marina Maria de Lira Rocha e Carlus Augustus Correia Jourand .....	17
O pedido de espaço e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Propriedade imobiliária e conflito. (1909/1916). Leonardo Seiichi Sasada Sato .....	18
Responsabilidade Civil do Estado: doutrina e jurisprudência na Primeira República Priscilla Petereit de Paola Gonçalves .....	19
“Diante disso espera-se Justiça”: habeas corpus em favor de estrangeiros na Primeira República Anna Clara Sampaio Ribeiro .....	19
Ernani Gomes de Oliveira e Silva: um falsário a “serviço” da cidadania Daniel José Eduardo .....	20

**Independência ou Morte: As divergências sobre a questão das relações entre Brasil e Portugal na Imprensa Liberal**

Diego Velasco

Nosso objetivo é verificar as diferenças de opiniões existentes acerca da Independência Política do Brasil no interior da chamada imprensa liberal. Para isso, iremos analisar dois periódicos portugueses publicados na Inglaterra: o “Correio Braziliense” e “O Campeão Português”. Visando facilitar a compreensão, o artigo estará dividido em duas partes. Na primeira, vamos falar um pouco do contexto português durante as primeiras décadas do século XIX e do aparecimento dos periódicos defensores dos ideais liberais e constitucionais. E, na segunda, iremos utilizar alguns trechos dos ditos jornais para demonstrarmos a heterogeneidade e as distintas concepções que estes redatores tinham sobre as relações e as conseqüências da separação definitiva entre a metrópole (Portugal) e colônia (Brasil), fazendo só a ressalva de que os artigos do Correio Braziliense que trabalhamos para este artigo encontram-se transcritos na íntegra no jornal Correio do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: Imprensa, Liberalismo, Constitucionalismo, Independência

**Direitos, leis e cidadania na passagem para a modernidade republicana****Dos crimes contra a fé pública aos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor: visões da prostituição entre 1907 e 1917.**

Marina Maria de Lira Rocha e Carlus Augustus Correia Jourand

As primeiras décadas da República foram marcadas por mudanças comportamentais das mulheres que deixam a vida privada e ousam sair às ruas. Esta “liberação” é vista pela sociedade de uma dimensão moral - comportamentos desviantes - e de uma dimensão social - a mulher é retirada de atividades produtivas e qualquer atividade “honesta” que venha a praticar é negativizada. Contudo, as mulheres pobres não

buscar-se-á perceber, através de um jornal em particular O Repúblico os debates acerca dos conflitos de rua que envolveram os acontecimentos políticos no início dos anos 1830. Tentar-se-á, por conseguinte, assinalar a posição política e ideológica do redator do jornal Antônio Borges da Fonseca. Este panfletário teve um papel significativo na divulgação de projetos políticos e na definição de conteúdos liberais e constitucionais, exercendo uma notável ação doutrinária por meio desse periódico. Nesse sentido, o estudo da vida do jornalista e de seu jornal seria interessante para compreender os significados de liberdade, direitos e cidadania em uma época de mudanças e permanências.

Palavras-chaves: Imprensa Nação Liberalismo Direitos Cidadania Biografia.

### **Aurora Fluminense: a voz do liberalismo de direita (1827-1832)**

Fernanda Crespo Bolsista e Talita Nunes

Com a abdicação de D. Pedro I, os moderados e exaltados - o “partido desorganizador” - unem-se na reclamação por reformas da constituição, com a descentralização, o atenuamento ou a extinção do poder moderador e o senado temporário, divergindo quanto os meios e a intensidade de suas reivindicações. No entanto, a aliança formada pelos liberais de esquerda e de direita que levou ao fim do primeiro reinado não duraria por muito tempo. O novo governo logo mostrou a sua inclinação para os moderados, sendo os farroupilhas excluídos da administração. Chimangos- moderados - e liberais exaltados a partir de então se situaram em lados antagônicos, enquanto conjuntamente se opunham aos Caramurus, grupo da ala conservadora que desejava o retorno de D. Pedro ao trono e que ficou prestigiado pela adesão dos Andradas. A partir da análise de artigos publicados no periódico Aurora Fluminense nos propusemos a averiguar os diferentes posicionamentos, daqueles que se autodenominavam liberais moderados, frente às transformações políticas ocorridas desde a derrocada do primeiro reinado até o retorno dos conservadores ao poder.

Palavras-chaves: Liberalismo, Constitucionalismo, Liberdade, Conservadores, Exaltados

### **Apresentação**

É objetivo primordial deste seminário discutir a formação da Nação, dos direitos e da cidadania na passagem à modernidade. Enfocaremos dois momentos básicos da construção da identidade nacional: o Primeiro Reinado e a Primeira República, tal como está descrito na proposta do projeto apresentado ao Edital do Cientista do Nosso Estado, em julho de 2006.

No que diz respeito ao Primeiro Reinado, os trabalhos aqui resumidos se inserem no contexto das reflexões levadas a cabo pelos colegas do CEO/PRONEX, aqui representados pelos professores Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Marcello Otávio Neri de Campos Basile, com análises de doutorandos e mestrados formados sob minha orientação no contexto do Projeto de PRONEX “Nação e cidadania no Império: novos horizontes”. Este último projeto foi desenvolvido de 2004 a meados de 2007; foi coordenado academicamente pelo professor José Murilo de Carvalho e executivamente por mim. Procurou-se, igualmente, nesta primeira temporalidade, continuar, através do convite feito a Professora Andréa Slemian, um diálogo iniciado no I Seminário Internacional do CEO/PRONEX com o IEB da USP. Desse evento, acontecido na UERJ, em agosto de 2006, participou a professora Cecília Helena Salles de Oliveira.

Para o final do século XIX e início do XX, foram convidados alunos de mestrado e doutorado que abordam o tema em tela e que foram oriundos tanto do projeto do CEO/PRONEX como do projeto “Organização do acervo arquivístico da Justiça Federal 2 Região”. Convidou-se também os professores José Ribas e Edson Alvisi Neves, da Faculdade de Direito, que tratam desta questão com olhar específico e que tiveram relação com projeto desenvolvido no âmbito da Justiça Federal e com o próprio PRONEX.

Ao final, obedecendo as mesmas temporalidades, em seção intitulada Painel de Iniciação Científica, bolsistas de iniciação científica, de extensão e alunos que fizeram monografias de bacharelado sob minha orientação, e na vigência dos dois projetos acima mencionados, apresentam os resultados de suas pesquisas.

Gladys Sabina Ribeiro

intelectuais e políticas, como também para o entendimento das origens da política pós-absolutista e da cultura política liberal com ela surgida.

Palavras-chaves: Independência - Historiografia - Imprensa - Liberdade de Imprensa - Opinião Pública - Soberania.

**Construção de uma nação no despertar da Constituição. Uma breve análise de um projeto de Brasil independente nas páginas do periódico *Despertador Constitucional* (1824-1831)**

Carolina Ramalho de Sá

Este artigo propõe uma reflexão sobre o Projeto de Brasil Independente presente nas páginas do Periódico *Despertador Constitucional* redigido por Domingos Alves Branco Muniz Barreto no período de 1824-1831. Político pertencente ao grupo político de Joaquim Gonçalves Ledo, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, mesmo esquecido pela historiografia, foi um homem importante na construção da sociedade política do Brasil independente. Iniciar uma análise de seu discurso político, tendo como base este periódico, pode colaborar no entendimento das idéias e das lutas políticas no início do século XIX.

Palavras-chaves: *Despertador Constitucional*, Poder Moderador, liberalismo, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Constituição Jurada

**Direitos, liberdade e cidadania no jornal *O Republico*. 1830-1832**

Carolina Paes Barreto da Silva

Nos estudos sobre a formação da Nação, bem como da nacionalidade e da identidade nacional, a imprensa política pode trazer novas luzes para o tema em questão, contribuindo muito para a compreensão da construção da cidadania, da concepção de direitos e do liberalismo no Brasil do oitocentos. Considerando que os jornais constituíram o reflexo de uma inédita preocupação coletiva em relação ao político,

Estado brasileiro, como por exemplo a Caixa Econômica, atuam nesse novo quadro de judicialização via "administratização" da cidadania em nosso país. Não podemos esquecer outro objeto de estudo nosso é a presença das primeiras formas de resolução dos conflitos trabalhistas e como se distingue ou não dessa "administratização". Não deve ser deixado de sublinhar a extinção da Justiça Federal de primeira instância em 1937 como seu aparato operacional é redistribuído, por exemplo, na estruturação da Justiça do Trabalho. Por fim a etapa deflagrada de 1926 a 1945 culmina com um outro momento não estudado por nós que é o surgimento do Tribunal Federal de Recursos, pela Constituição Federal de 1946, aprofundando de forma densa o tema da administratização da cidadania entre nós.

Palavras-chaves: Habeas Corpus, Cidadania, Reforma Constitucional

### Parte III

#### Painel de Iniciação Científica

#### Construindo a nação e a cidadania no contexto do constitucionalismo

##### Modernidade política na imprensa da Independência: uma investigação a partir do Revérbero Constitucional Fluminense.

Virgínia Rodrigues da Silva

Na segunda década dos oitocentos no Brasil, a imprensa de opinião tornou-se ambiente privilegiado de debates, de expressões e divergências políticas, no qual se erigia um inédito espaço público de crítica e reflexão. O presente estudo trata do processo ensejado pelas novas formas de expressão e pelo aumento do debate em torno ideário liberal que veiculavam. A partir da análise do Revérbero Constitucional Fluminense, pretende-se refletir sobre a participação da imprensa de opinião às vésperas da Independência. Com isso, busca-se fornecer elementos, ainda que incipientes, para a compreensão do pensamento político de homens como Gonçalves Ledo e Januário Cunha Barbosa, donos do jornal e membros das chamadas elites

### PARTE I

#### Construindo a nação e a cidadania no contexto do constitucionalismo

##### Legalidade, legitimidade e soberania no reconhecimento da Independência

Gladys Sabina Ribeiro

Este trabalho sintetiza os primeiros resultados da pesquisa que venho realizando com as Atas da Comissão Mista Brasil Portugal, formada a partir do Tratado de 25 de agosto de 1825 (reconhecimento a Independência), e com a correspondência trocada entre agentes diplomáticos dos dois países. Nesta documentação encontramos uma concentração massiva de reclamantes portugueses, na sua maioria comerciantes que tiveram seus bens seqüestrados nas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Desta forma, dando prosseguimento aos nossos estudos sobre os problemas decorrentes da Independência, da formação da Nação e de uma certa identidade nacional, definindo-se quem era "brasileiro" ou "português, traçamos um primeiro perfil de quem eram esses "portugueses" que tiveram seus bens seqüestrados e das questões políticas em tela.

Palavras-chaves: Atas da Comissão Mista-Brasil Portugal; reconhecimento da Independência do Brasil; identidade nacional; comerciantes do Nordeste do Brasil

##### Nação e cidadania no jornal O TAMOIO. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823

Gladys Sabina Ribeiro

Escrever sobre o jornal O Tamoio significa necessariamente fazermos três movimentos. O primeiro deles é identificar para alguns autores que escreveram sobre o contexto imediato da Independência as tendências políticas que se faziam representar por indivíduos e grupos; o segundo consiste em mapear, a partir dessa historiografia, o papel desempenhado por José Bonifácio de Andrada e Silva naqueles acontecimentos. Por último, acreditamos poder analisar o significado atribuído pelo

jornal em tela aos conceitos de nação e de cidadania, para perceber como essas concepções se ligaram a outros projetos existentes naqueles anos e nos anos subsequentes.

Palavras-chaves: Independência, Imprensa, Nação, cidadania

**Política externa brasileira na consolidação da Causa Nacional:  
a disputa da região do Prata**

Aline Pinto Pereira

O artigo tem como objetivo discutir a Guerra da Cisplatina e sua ingerência sobre a formação do Estado Imperial brasileiro. Consideramos o fato de o conflito ter se iniciado após o reconhecimento da autonomia política do Brasil, pelo Tratado de Paz e Amizade, firmado em 29 de agosto de 1825, a partir da intermediação inglesa. Procuramos demonstrar a importância da Guerra da Cisplatina, primeiro conflito internacional do Brasil Independente, para a política interna e externa do Império, no primeiro quartel do Oitocentos. Indicamos que tal evento não foi motivado unicamente pela questão territorial, tendo sido um recurso extremado para a afirmação da Soberania do novo Estado e da autoridade de D. Pedro I.

Palavras-chave: Guerra da Cisplatina, Tratado de Paz e Amizade, Soberania e Legitimidade.

**Linguagens da imprensa portuguesa contra a Causa do Brasil**

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

O objetivo desse trabalho é analisar os principais argumentos utilizados pela imprensa portuguesa tanto aquela publicada do lado de cá do Atlântico, em especial, na Bahia e no Maranhão, quanto a que saiu à luz em Portugal contra os que defendiam a causa do Brasil. Utilizando um discurso ora político, ao destacar os princípios do constitucionalismo, ora ameaçador, ao invocar um novo Haiti no Brasil, ora paternal,

mecanismos que interferem nas mediações de conflitos sociais.

Palavras-chaves: Direito Justiça cidadania menor crime - conflito

**Um artigo e uma petição: a campanha de Evaristo de Moraes pela  
construção de casas para a classe trabalhadora.**

Rômulo Costa Mattos

O objetivo deste estudo é analisar os escritos de Evaristo de Moraes sobre o déficit de habitações populares na cidade do Rio de Janeiro, entre 1909 e 1911, publicados no jornal Correio da Manhã. Atenção especial é dada ao entendimento de questões como: o pedido de proteção legal aos trabalhadores, o pensamento sobre as favelas e a elaboração da lei 2.407, de 1911, sobre a construção de casas para as classes pobres. Discute-se, principalmente, a dinâmica de aproximação e distanciamento do autor em relação à grande imprensa de sua época.

Palavras-chaves: habitação, questão urbana, imprensa, Primeira República, favelas, classe trabalhadora.

**“A administratização da cidadania no Brasil - 1926 a 1945”**

José Ribas

O texto objetivará a traçar uma etapa de transição no processo de judicialização no Brasil. Etapa esta que se inicia a partir dos anos 20 do século XX quando constatamos a aplicação pela última vez de forma alargada do instrumento do Habeas Corpus para limitar o alistamento militar obrigatório em nossa sociedade. Assim, a nossa contribuição destacará uma nova trajetória quando a Reforma Constitucional de 1926 restringe o âmbito do alcance do "Habeas Corpus". O nosso estudo pontuará como seu centro de atenção de um lado a maior presença do Estado brasileiro após a Revolução de 1930 e como a Constituição Federal de 1934 judicializa esse processo pela instituição do mandado segurança. É nosso objetivo apontar que setores do

### **O papel do Judiciário nas reformas urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro na Primeira República.**

Encida Queiroz

Capítulo que trata a relação entre a Justiça Sanitária e a Justiça Federal com as reformas urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro entre os anos de 1904 a 1914, abordando a luta por direitos e pela cidadania da população frente às mudanças da cidade. Analisa como recorriam e lutavam aqueles que eram atingidos pelas reformas ou medidas sanitárias, evidenciando que os cidadãos usavam a justiça com um campo de lutas por direitos. O capítulo aborda o significado da justiça para as pessoas comuns, mostrando quem eram as pessoas que tinham condições de entrar como autoras de processos na Justiça Sanitária, as razões que as fizeram procurar o juízo e quais suas expectativas. E, por fim, faz uma discussão sobre os tipos de ganho ou perda daqueles que foram levados à justiça; e o exercido pelo Judiciário nas reformas urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro na Primeira República.

Palavras-chaves: Justiça Sanitária, Justiça Federal, Cidadania, Direitos, Higienismo, Sanitarismo, Reformas Urbanas, Rio de Janeiro.

### **Tratando dos menores: a tradição jurídica brasileira na área penal no alvorecer da República, os profissionais do Direito e a visão sobre os chamados menores (1890-1912)**

Bárbara Lisboa Pinto

Percebemos que o Direito tem atuado em grande parte dos países como regra de conduta na ação do Poder Judiciário, principalmente depois do estabelecimento do liberalismo e do surgimento das sociedades capitalistas. Desta forma, trataremos da organização judiciária na cidade do Rio de Janeiro no século XIX e dos procedimentos utilizados na condução de uma ação penal dando enfoque ao encaminhamento dos chamados “menores” no âmbito dos Tribunais Criminais. Ressaltaremos a importância da organização judiciária e da prática burocrática da Justiça enquanto

ao ressaltar a ingratidão do filho que se rebela contra o pai, as linguagens desses escritos revelam opiniões e preconceitos, aos quais Portugal e também o Brasil, em resposta, recorreram com frequência para pensar sua identidade e alteridade, filtradas pelas categorias intelectuais de cada observador, em que cada um, ao exagerar a deformação do outro, representava também a si próprio.

Palavras-chaves: Imprensa, constitucionalismo, cultura política

### **Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)**

Vantuil Pereira

O artigo será dividido em três partes. Na primeira pretendemos discorrer sobre o constitucionalismo e as possibilidades de novas práticas políticas, especialmente ligadas à noção de direitos do cidadão, recuperando as tradições política emanadas da Revolução Francesa, de 1789, e da Revolução do Porto de 1820. Na segunda parte, discutiremos a fundação do sistema parlamentar no Império do Brasil e a tensão permanente entre a Câmara dos Deputados e o imperador D. Pedro I entre os anos de 1823 a 1831. Tem-se por objetivo contextualizar as possibilidades de novas práticas políticas. Para tanto, enfatizaremos o exercício das petições encaminhadas ao parlamento, sem deixar de tocar em outros campos como os periódicos e jornais do período. O direito de petição, os seus desdobramentos e a relação com o parlamento será objeto da terceira parte, onde procuraremos explorar a reivindicação de direitos civis e políticos, sempre tendo em vista o exercício de um direito civil (individual) que acaba incidindo sobre o conjunto da sociedade. Logo, pode-se notar que estas petições têm uma intrínseca relação com a construção do Estado, ao provocar a institucionalidade no sentido de posicionar-se e construir interpretações acerca dos direitos do cidadão.

Palavras-chaves: Cidadania, Legislativo, Executivo, Direitos do Cidadão

---

### **Um novo ordenamento jurídico para uma nova nação: Constituição e codificação nos primórdios do Império do Brasil**

Andrea Slemian

Partindo da idéia de que a primeira década do Brasil independente foi significativa no tocante à criação de um aparato político-institucional para a nova nação brasileira que surgia, e considerando-se que a implementação do projeto de unidade foi marcado por conflitos das mais diversas ordens, pretende-se discutir o esforço dos nossos primeiros legisladores na criação de um ordenamento jurídico em substituição àquele herdado da tradição portuguesa. A ênfase será dada na primeira experiência de codificação que, como síntese da positivação do Direito vivida na modernidade, frutificou no Império através da discussão e aprovação dos Códigos Criminal (1830) e do Processo Civil (1832), ambos em negação às Ordenações Filipinas e em nome dos valores constitucionais mais caros aos novos tempos.

Palavras-chaves: constituição, codificação, Primeiro Reinado, instituições.

### **Direitos e participação popular na Corte do Rio de Janeiro (1831-1834).**

Macello Otávio Neri de Campos Basile

O artigo analisa dois diferentes tipos de iniciativas efetuadas na cidade do Rio de Janeiro, em uma época de intensa discussão e participação políticas, como a que caracteriza o final do Primeiro Reinado e o início da Regência que visavam difundir entre a população fluminense noções acerca de seus direitos, deveres e garantias constitucionais. A primeira foi o que se poderia chamar de “dicionários cívico-doutrinários”, publicação de mais de uma centena de conceitos políticos produzidos pelos jornais liberais exaltados da Corte Nova Luz Brasileira e O Exaltado. A segunda foi a criação de um curso, gratuito e com duração de um ano, de Direito Público Constitucional, sob os auspícios da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, associação vinculada ao grupo dos liberais moderados.

Palavras-chaves: Imprensa, Liberalismo, Direitos

---

---

## **PARTE II**

### **Direitos, leis e cidadania na passagem para a modernidade republicana**

---

#### **Cidadania e trabalhadores: a greve dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro em 1900.**

Paulo Cruz Terra

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre cidadania e trabalhadores na República Velha presente na greve dos condutores de veículos no Rio de Janeiro, em janeiro de 1900. As características e demandas dessa paralisação, no entanto, são vistas em uma perspectiva histórica mais ampla, e para isso retrocedo ao século XIX. A greve é entendida como um espaço privilegiado para a análise da cidadania, já que nela é possível encontrar de forma contundente a relação entre as instituições do Estado e a sociedade. Procuo ainda entender as diferentes leituras de cidadania dos sujeitos envolvidos no conflito.

Palavras-chaves: cidadania - trabalhadores - Primeira República - transporte - greve - Rio de Janeiro

#### **Código Comercial e direitos civis na formação da legislação brasileira**

Edson Alvisi Neves

Preocupou-se este trabalho a apreciação da publicação e efetivação do Código Comercial e as conseqüências para os direitos civis na mudança de paradigma legislativo para a modernidade brasileira, de forma que se ressalta a competição dessa legislação específica que a legislação civil. Atenção especial é dada ao procedimento judicial decorrente do código em questão, que se apresenta como o marco que retira o judiciário brasileiro de um processo ainda da Idade Média, previsto nas Ordenações do Reino, e se espraia por todos os processos de interesses dos particulares.

Palavras-chaves: Código Comercial autonomia Código civil legislação processos judiciais.

---